

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

SELEÇÃO PÚBLICA
EDITAL N° 01/2016



DIREITO
ESTAGIÁRIOS

TIPO 01 - BRANCA

Organizadora:



DIREITO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01

Sobre o tema “Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil”, assinale a alternativa correta.

- A) Em relação ao princípio da Separação de Poderes, a independência entre os referidos Poderes é absoluta.
- B) A doutrina explica que a divisão dos Poderes fundamenta-se em dois elementos: a especialização funcional e a independência orgânica.
- C) A Soberania significa, no plano externo, a supremacia do Estado sobre as demais instituições e, no plano interno, a independência do Estado em relação aos demais Estados.
- D) Considerando-se o conceito da doutrina em geral e não aquele do pensador Raul Machado Horta, a Constituição de 1988 mantém o federalismo assimétrico, fazendo concessões ao federalismo simétrico.

02

Sobre a Administração Pública Direta e Indireta, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pela descentralização o ente federativo procede a uma divisão interna de competências ou tarefas.
- II. Descentralização e desconcentração são conceitos distintos.
- III. Na desconcentração não se fala em hierarquia, mas em controle e fiscalização.
- IV. A descentralização por outorga, se dá mediante lei.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.

03

Sobre a extinção do ato administrativo, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os atos que geram direitos não podem ser anulados.
- B) A revogação do ato administrativo tem efeitos *ex nunc*, ou seja, não retroagem.
- C) O Poder Judiciário e a Administração Pública podem ser sujeitos ativos na anulação de atos administrativos.
- D) A Administração Pública pode revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

04

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- A) Os menores de dezesseis anos de idade.
- B) Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.
- C) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- D) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

05

É nulo o negócio jurídico:

- A) Praticado por erro ou fraude contra credores.
- B) Simulado ou quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- C) Na hipótese de não revestir a forma prescrita em lei ou praticado mediante coação.
- D) Quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for lícito ou no caso de lesão.

06

Sobre o tratamento que o Código Civil dá ao tema “Condição e Termo”, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.
- B) Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.
- C) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
- D) Se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva, e, pendente esta, fizer quanto àquela novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.

07

São órgãos do Poder Judiciário, EXCETO:

- A) Os Tribunais e Juízes Militares.
- B) O Conselho Nacional de Justiça.
- C) Os Tribunais da Justiça Desportiva.
- D) Os Tribunais de Justiça dos Estados.

08

Sobre o tratamento que a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – dá às pessoas casadas, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- B) A falta, não suprida pelo juiz, da autorização ou da outorga do cônjuge, quando necessária, invalida o processo. Esta nulidade é sempre absoluta.
- C) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nos casos de comosse ou de ato por ambos praticados.
- D) Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóveis de um ou de ambos os cônjuges.

09

A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – alterada pela Lei nº 12.777, de 7 de fevereiro de 2006, institui uma hipótese de julgamento imediato, apelidado pela doutrina de julgamento de improcedência *prima facie*. Sobre o tema, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Na aplicação do instituto é proferida a sentença de plano, sendo dispensada a citação da parte requerida.
- B) Só é cabível quando a questão controvertida for unicamente de direito. Em caso de haver questão de fato, não se admite a aplicação do instituto.
- C) Basta ao juiz reproduzir o teor da sentença anteriormente prolatada, pois também é requisito que, no juízo, já tenha sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos.
- D) No caso de o juiz reconhecer a improcedência de plano, se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de quarenta e oito horas, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.

10

Estabelece a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – que é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão. Assinale a alternativa que NÃO contenha um requisito de admissibilidade da cumulação.

- A) O rito adotado deve ser o ordinário.
- B) Os pedidos devem ser compatíveis entre si.
- C) O mesmo juízo deve ser competente para todos os pedidos.
- D) O tipo de procedimento deve ser adequado para todos os pedidos.

11

Sobre a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O Código de Defesa do Consumidor estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social.
- B) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- C) É um direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil e penal, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências, o que significa a adoção da distribuição estática do ônus da prova.
- D) É um direito básico do consumidor a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas. Em relação a esta parte final, alguns doutrinadores entendem tratar-se de aplicação da teoria da imprevisão, enquanto outros afirmam ser da teoria da base objetiva do negócio jurídico.

12

Sobre a “Aplicação da Lei Penal”, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- II. Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- III. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- IV. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV. B) I e II, apenas. C) II e III, apenas. D) III e IV, apenas.

13

Se “A”, residente no México, envia um carta bomba para uma vítima residente no Brasil e a carta é aberta em seu destino, explodindo e deixando vítimas, qual o lugar do crime? Para solucionar questões como esta, o Código Penal, em relação ao lugar do crime, adota a teoria:

- A) Da ação. B) Da atividade. C) Do resultado. D) Da ubiquidade.

14

Sobre o tratamento que a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, dá ao “Pedido” nos Juizados Especiais Cíveis, analise as afirmativas a seguir.

- I. O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.
- II. Registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de 30 dias.
- III. Comparecendo inicialmente ambas as partes, instaurar-se-á, desde logo, a sessão de conciliação, dispensados o registro prévio de pedido e a citação.
- IV. Havendo pedidos contrapostos, poderá ser dispensada a contestação formal e ambos serão apreciados na mesma sentença.
- V. O pedido oral será reduzido a escrito pela Secretaria do Juizado, podendo ser utilizado o sistema de fichas ou formulários impressos.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) II e V. B) III e V. C) I, II e III. D) I, III, IV e V.

15

O processo perante o Juizado Especial Criminal orientar-se-á pelos critérios da:

- A) Oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- B) Legalidade, formalidade e simplicidade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos causados pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- C) Oralidade, formalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.
- D) Oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

16

De acordo com a Resolução TJMG nº 682, de 24 de novembro de 2011, que trata dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, compete ao Coordenador, com o auxílio dos Juízes-Adjuntos, onde houver:

- A) Indicar os conciliadores e mediadores, para designação.
- B) Supervisionar a atuação dos setores integrantes do Centro Judiciário.
- C) Organizar as pautas das audiências e sessões de conciliação e mediação, bem como atividades afins.
- D) Supervisionar a atuação dos conciliadores e mediadores nas audiências, no que concerne à aplicação adequada dos métodos e técnicas consensuais para a solução de conflitos.

17

Sobre o tratamento que a Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, dá aos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nas causas de que trata a referida lei, não haverá reexame necessário.
- B) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.
- C) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- D) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

18

Estabelece o Código de Defesa do Consumidor que os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. Complementa que, não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: a) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; b) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; c) o abatimento proporcional do preço. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos não são considerados impróprios ao uso e consumo, se a perícia constatar que não estão deteriorados.
- B) No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.
- C) O consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas indicadas no enunciado sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.
- D) Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no enunciado da questão, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.

19

De acordo com o que estabelece a Lei de Organização Judiciária: Lei Complementar Estadual nº 59, de 18 de janeiro de 2001, a jurisdição de primeiro grau é exercida:

- A) Pelo Juiz de Direito, apenas.
- B) Pelo Juiz de Direito e Juizados Especiais, apenas.
- C) Pelo Juiz de Direito e pelo Tribunal do Júri, apenas.
- D) Pelo Juiz de Direito, Tribunal do Júri e Juizados Especiais.

20

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, o seu Órgão Especial é constituído pelos:

- A) Dez desembargadores mais antigos e por oito desembargadores eleitos, observado o quinto constitucional.
- B) Treze desembargadores mais antigos e por doze desembargadores eleitos, observado o quinto constitucional.
- C) Doze desembargadores mais antigos e por treze desembargadores eleitos, observado o quinto constitucional.
- D) Quinze desembargadores mais antigos e por treze desembargadores eleitos, observado o quinto constitucional.

23

Sem que haja prejuízo aos sentidos do texto em relação ao trecho destacado, a sugestão de substituição apresentada está correta em:

- A) “Essa prática é apresentada como manifestação de ativismo político, mas se reduz ao ato de proferir julgamentos, todos de natureza condenatória, [...]” (2º§) – que conclamam o acusado
- B) “Ódio direcionado ao inimigo, aquele com o qual o ‘acusador-julgador’ não se identifica e, por essa razão, nega a possibilidade de dialogar [...]” (3º§) – contrapõe-se ao estabelecimento do diálogo
- C) “[...] perdem importância para a hipótese previamente formulada pelo acusador-julgador, a partir de preconceitos, perversões, ressentimentos, inveja e, sobretudo, ódio.” (2º§) – desfazem a hipótese
- D) “Apoio mesmo, concreto, às grandes lutas do feminismo, isso não, pois não é tão fácil nem deve dar tanto prazer quanto a condenação no tribunal virtual montado em sua própria casa.” (4º§) – à perseguição sofrida pelo feminismo

24

Em “**Só existe política porque existem diferenças, discordâncias, visões de mundo que se distanciam, ideologias, lutas por direitos, por hegemonia.**” (1º§), pode-se afirmar que, em relação à concordância verbal estabelecida,

- A) a forma “existem” pode ser substituída, facultativamente, por “existe”; de acordo com a forma no singular de “política”.
- B) a flexão de plural em “distanciam” e em “existem” associam-se de modo que, a alteração quanto à flexão de uma forma verbal reflete em alteração na forma da outra.
- C) caso as duas ocorrências do verbo “existir” fossem substituídas pelo verbo “haver”, não haveria flexão de plural para que houvesse a preservação da adequação quanto à norma padrão.
- D) a flexão de plural em “distanciam” está adequada considerando-se o plural de “visões”, contudo existe a possibilidade do emprego do verbo no singular, atribuindo-se, coerentemente, ênfase a “mundo”.

25

Depreende-se da argumentação do texto acerca da expressão “**militância de tribunal**” que

- A) tal prática possui caráter contraditório tendo em vista sua apresentação e sua efetiva atuação.
- B) há uma construção argumentativa de uma posição que se contrapõe a tal prática, considerando-se procedimentos e efeitos que lhe são pertinentes.
- C) em um ambiente virtual não há regras preestabelecidas, portanto, não há meios através dos quais as atitudes inerentes a tal prática possam ser questionadas.
- D) tendo em vista os aspectos formais de tal prática, questões advindas de ideias preconceituosas dão lugar a elementos factuais, os quais têm um peso maior diante das mesmas.

26

Em “[...] **próprias à diferença que busca um lugar no contexto social.**” (1º§) é possível identificar o uso do sinal grave decorrente da união de dois segmentos sintáticos do texto. O uso correto do sinal grave, indicador de crase, pode ser observado em:

- A) Caminhamos até à praia todas as manhãs.
- B) Durante o discurso não houve referência à vocês.
- C) A alergia à algum medicamento pode trazer efeitos desastrosos.
- D) Tornarei à frequentar o local quando estiver emocionalmente estruturado.

27

Considerando-se a adequação do texto de acordo com a norma padrão da língua, assinale a alternativa cuja indicação apresenta-se correta em relação às regras de pontuação.

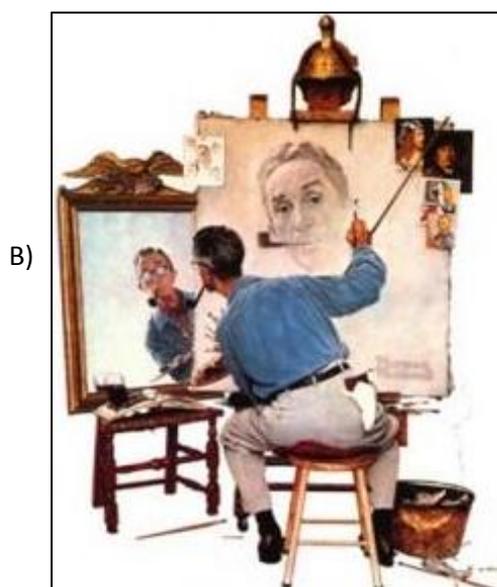
- A) Seria gramaticalmente correto o emprego de dois-pontos após “existem” (1º§).
- B) Com o objetivo de dar destaque à palavra “conflito” (1º§), seria gramaticalmente correto separar tal vocábulo colocando-o entre vírgulas.
- C) No 2º§, seria gramaticalmente correto o emprego de um travessão imediatamente antes do primeiro “mas” em substituição à vírgula utilizada, indicando o ponto de vista dos autores do texto.
- D) Do ponto de vista gramatical, as vírgulas que separam a expressão “e se potencializou” (2º§) poderiam ser retiradas, desde que os dois pontos do período fossem retirados e colocados após “potencializou”.

28

No 2º§, ao determinar a finalidade do texto, a autora coloca em evidência um dos elementos do processo comunicativo. O mesmo pode ser observado em:



(Disponível em: <http://portugues.uol.com.br/>.)



(Disponível em: <http://diogoprofessor.blogspot.com.br/>.)



(O Estado de S. Paulo, ago., 2004.)



(Disponível em: <http://portugues.uol.com.br/>.)

29

Os argumentos apresentados constituem um dos recursos para a construção da tipologia textual apresentada. Como característica de tal texto, as ideias e opiniões do autor são explicitadas com base em tais argumentos. Diante da forma como o assunto é trazido ao texto, pode-se afirmar que os sentimentos dos autores em relação ao assunto tratado são de:

- A) Ódio e decepção.
- B) Revolta e ansiedade.
- C) Tristeza e desaprovação.
- D) Perplexidade e esgotamento.

30

A partir do reconhecimento das características predominantes da estrutura textual apresentada, assinale – dentre os trechos a seguir – um exemplo que demonstra as mesmas características no que se refere a tal estrutura.

- A) “Alexandre Saldanha Ribeiro. Desprezou o elevador e seguiu pela escada, apesar da volumosa mala que carregava e do número de andares a serem vencidos. Dez.”
(RUBIÃO, Murilo. *A casa do girassol vermelho.*)
- B) “Quando a Democracia surgiu na Grécia, por volta de 500 a.C., os atenienses fizeram questão de traçar uma linha nítida entre as esferas pública e privada. O poder do Estado terminava onde começava a privacidade do lar.”
(D’ÁVILA, Luiz Felipe. *In: República.*)
- C) “Insistamos sobre esta verdade: a guerra de Canudos foi um refluxo em nossa história. Tivemos, inopinadamente, ressurreta e em armas em nossa frente, uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doido. Não a conhecemos. Não podíamos conhecê-la.”
(CUNHA, Euclides da. *Os Sertões.*)
- D) “Às sete horas o despertador tocou. Samuel saltou da cama, correu para o banheiro, fez a barba e lavou-se. Vestiu-se rapidamente e sem ruído. Estava na cozinha, preparando sanduíches, quando a mulher apareceu, bocejando: – Vais sair de novo, Samuel?”
(SCLIAR, Moacyr. *O conto brasileiro contemporâneo.*)

31

Acerca do emprego da expressão “*trincheiras políticas*”, no 3º§, é correto afirmar que

- A) pertence à linguagem coloquial, podendo ser substituída por “trunfo político”.
- B) há uma ideia de comparação entre elementos presentes em duas situações distintas.
- C) demonstra o uso de vocábulos cuja intenção é ironizar o conflito presente na situação apresentada.
- D) possui sentido pejorativo, considerando-se o contexto em que há uma crítica à atuação do “acusador-julgador”.

32

A citação de textos autorizados, assim como de depoimentos, constitui um recurso argumentativo empregado na comprovação da tese defendida no texto dissertativo-argumentativo. Ao utilizar a citação de Freud: “*narcisismo das pequenas diferenças*” pode-se depreender que ocorre:

- A) Uma referência que se enquadra, de acordo com aspectos semelhantes, à situação em questão apresentada no texto.
- B) Uma demonstração de apoio dos autores em relação às atitudes e ideias de indivíduos referidos através de tal citação.
- C) Uma contra-argumentação em relação às ideias defendidas no texto, através da qual a tese será ainda mais reforçada.
- D) Desenvolvimento de ideias contrárias às apresentadas no texto e confirmação da existência de ideias discriminatórias provenientes do autor de tal citação.

33

No 4º§ do texto, considerando-se o contexto apresentado, as aspas são empregadas em “*condenar*” e “*feminismos*” com o propósito de

- A) atribuir sentido particular.
- B) indicar o uso de arcaísmos.
- C) delimitar trecho citado textualmente.
- D) ressaltar tais vocábulos dentro do contexto.

34

No texto, há três vocábulos que foram grafados, propositadamente, com alguma INCORREÇÃO. São eles:

- A) Regozija / isenta / ativismo.
- B) Hegemonia / cerne / hipótese.
- C) Tenções / excessão / adiversários.
- D) Facticidade / perversões / ressentimentos.

35

Mantendo-se o sentido original e considerando-se as relações de regência estabelecidas entre os termos da oração, assinale a alternativa em que a substituição proposta está de acordo com as regras prescritas pela gramática normativa.

- A) “A caça por sucesso” (4º§) por “A caça com sucesso”.
- B) “aquilo que deveria” (3º§) por “aquilo ao qual deveria”.
- C) “Ódio ao semelhante” (3º§) por “Ódio para com o semelhante”.
- D) “tratar da importância do conflito” (2º§) por “tratar para a importância do conflito”.

Texto II para responder às questões de 36 a 40.

[...]

Entrevistador – Como você vê o papel do escritor em um país como o Brasil?

***João Antônio** – Para mim, o escritor, enquanto escreve, é exclusivamente um escritor – operário da palavra queimando olhos e criando corcunda sobre o papel e a máquina. Pronto o livro, o autor brasileiro não deve fugir à realidade de que é um vendedor, como um vendedor de cebolas ou batatas. Mas com uma diferença, é claro: no Brasil o livro não é considerado como produto de primeira necessidade, como os cereais. Também por isso, há de se sair a campo e de se divulgar o que se sabe fazer. Efetivamente, é mais do que um camelô de sua área: conversa sobre a obra, mas o ideal é que ouça muito o seu parceiro, o leitor. Que jamais se estabeleça um clima formal, doutoral, beletrístico, mas de debate, discussão, questionamento, amizade. Se o escritor se enclausura numa torre, se atende apenas à onda geral da feira de vaidades que é a chamada vida literária, jamais poderá sentir a realidade de seu público.

(ANTÔNIO, João. *Malagueta, Perus e Bacanaço*. São Paulo: Ática, 1998. Fragmento.)

*João Antônio Ferreira Filho (1937-1996), escritor paulista, é considerado um dos melhores contistas brasileiros do século XX.

36

A resposta dada pelo escritor tem como ponto central, em torno do qual gravita sua argumentação:

- A) A interação entre escritor e leitor.
- B) Benefícios da leitura na sociedade brasileira.
- C) A necessidade do reconhecimento da importância do livro.
- D) Traços fundamentais da cultura brasileira através dos tempos.

37

Em sua resposta, o entrevistado utiliza-se de um recurso de expressão para referir-se ao escritor em que

- A) há uma aparente contradição entre conceitos distintos.
- B) a construção do discurso apresenta ambiguidade, se analisada de forma criteriosa.
- C) é possível identificar o emprego de vocábulos indicadores de regionalismo linguístico.
- D) o raciocínio é construído pela projeção de analogias entre domínios, distintos, da experiência.

38

Em “Mas com uma diferença, é claro: no Brasil o livro não é considerado como produto de primeira necessidade, como os cereais.”, a adequação gramatical normativa seria mantida se

- A) após “cereais” fosse acrescentado “o são”.
- B) após “cereais” fosse acrescentado “os são”.
- C) “não é considerado” fosse substituído por “não são considerados”.
- D) “o livro não é considerado” fosse substituído por “não haveriam livros considerados”.

39

Acerca dos mecanismos de regência, responsáveis pela estruturação lógico-sintática dos enunciados linguísticos, identifique o trecho em que o “a” em destaque NÃO estabelece uma relação de regência entre dois termos.

- A) “[...] Também por isso, há de se sair a campo [...]”
- B) “[...] um camelô de sua área: conversa sobre a obra, [...]”
- C) “[...] não deve fugir à realidade de que é um vendedor [...]”
- D) “[...] se atende apenas à onda geral da feira de vaidades [...]”

40

Caso o escritor tivesse iniciado sua resposta com *“Para mim, a maioria dos escritores, enquanto escreve, [...]”* seria correto afirmar que

- A) a concordância não está de acordo com a norma padrão da língua, sendo necessária a substituição de *“escreve”* por *“escrevem”*.
- B) não há diferença semântica entre a escolha de uma ou de outra possibilidade de concordância do verbo, a saber: no singular ou no plural.
- C) existe a possibilidade de que seja acrescentado o pronome apassivador *“se”* ao verbo, mantendo sua concordância na 3ª pessoa do singular.
- D) a concordância, neste caso, se deu com a expressão partitiva, havendo possibilidade da flexão no plural para o verbo *“escrever”* concordando com a palavra no plural *“escritores”*.